

O FENÔMENO CULTURAL DA FARINHADA: COMO “DAR CONTA” DA IDENTIDADE CULTURAL NA GLOBALIZAÇÃO DO SÉCULO XXI

Ana Carolina Mauricio ¹
Tamyres Tomaszewski Dias ²
Felipe Brognoli ³

RESUMO

É objetivo deste trabalho discutir termos e teorias da Antropologia e da Psicologia que se constituem fundamentais para o entendimento do problema de pesquisa “O Fenômeno Cultural da Farinhada: como dar conta da Identidade Cultural no Processo de Globalização”. A partir do método de pesquisa qualitativa e de conversas com moradores das regiões de Santo Antônio de Lisboa, Cacupé e Sambaqui, a história da Ilha de Santa Catarina foi resgatada, de modo que possibilitou a observação das esferas social, econômica e cultural nos séculos XIX, XX e XXI. Este artigo pretende discutir o impacto do processo de globalização na cultura da farinhada, problematizando o aspecto de identidade, tradição, e individualidade na Ilha de Santa Catarina.

Palavras-chave: Farinhada. Identidade. Globalização. Tradição

1 INTRODUÇÃO

A Ilha de Florianópolis é frequentemente lembrada pela sua característica de estar sempre evidenciando seus aspectos culturais e históricos na arquitetura de suas casas e prédios, e em festividades culturais que fazem parte do calendário dos seus moradores. Bairros tradicionais, como o Ribeirão da Ilha e Santo Antônio de Lisboa, trazem elementos estéticos e cotidianos que remontam a “idealização” de uma cultura que parece ter ficado enraizada, sem sofrer mudanças com os avanços tecnológicos. A estética de tais comunidades refere-se a um passado simples e marcado por uma colonização pluralizante. Sob esse aspecto, torna-se importante ressaltar primeiramente a origem do sujeito que nasceu em Florianópolis:

¹ Graduanda em Psicologia. Faculdade Cesusc. Endereço eletrônico para contato: anacarolm95@gmail.com

² Graduanda em Psicologia. Faculdade Cesusc. Endereço eletrônico para contato: tamyrestdias02@gmail.com

³ Mestre em Psicologia. Faculdade Cesusc. Endereço eletrônico para contato: felbrognoli@gmail.com

Sabemos que depois dos sambaquianos, que povoaram a região há cerca de quatro mil anos, seguiram-se os guaranis (até por volta de 1500), encontrados pelos navegadores europeus. Após um século e meio de presença espanhola, chegaram os portugueses acompanhados do padre Matheus de Leão (1698). Alguns anos depois chegaram homens como Manoel Manso de Avelar e os imigrantes açorianos (1748-1756). É dessa gente que descende a maioria dos atuais moradores de Santo Antônio, Cacupé, Sambaqui, Barra do Sambaqui, e outras localidades da ilha e do litoral. (MARTINS, 2014, p. 8)

Sob esse prisma, a origem do morador de Florianópolis provém de uma pluralidade de povos, em que o contexto social da época auxilia a remontar o processo histórico: com o aumento do fluxo migratório no século XIX, espanhóis, portugueses e açorianos se depararam com uma população indígena que vivia em uma localidade em que não havia comércio; a produção agrícola para subsistência da farinha de mandioca, de frutas, além da pesca, caracterizava o modo que o povo guarani encontrou para sobreviver na antiga cidade de Desterro (Martins, 2014). Por outro lado, o europeu que desembarcou aqui era um sujeito atravessado pelos impactos socioeconômicos da Revolução Industrial, fenômeno histórico que transformou as relações humanas em suas diversas esferas, incluindo as relações de trabalho e de comércio.

Dessa forma, articulando o pensamento industrial do homem europeu e os saberes indígenas acerca da sobrevivência na Ilha, a produção artesanal da farinha de mandioca foi concebida em um processo de apropriação e ressignificação de elementos culturais europeus e indígenas, conforme elucidado nas falas dos participantes da pesquisa. Partindo do pressuposto teórico da Psicologia Sócio Histórica, têm-se que é a partir de um duplo processo que o homem estabelece com a cultura que este é constituído: por meio do movimento de apropriação e produção de sentidos acerca do que lhe é apresentado nas suas relações, o homem constitui a sua subjetividade (Zanella, 2004).

Diante disso, a transmissão de signos construídos socialmente, e repassados por meio das interações sociais torna-se um elemento norteador da constituição do sujeito, que a partir de um movimento de aceitação/negação ao que lhe é apresentado no seu contexto cultural, torna-se capaz de (trans)formar seus aspectos identitários, podendo atuar, assim, como agente ativo na construção de novos sentidos aos elementos de sua cultura, bem como transformar as relações sociais que ocorrem em determinado contexto, tendo em vista que estas são mediadas pelos signos.

A concepção de identidade como uma instância construída por meio das interações sociais, que são mediadas pelos signos, e que, portanto, acompanham o movimento transitório da existência humana, indica a natureza de metamorfose na constituição da identidade humana (Ciampa, 2004).

Desse modo, torna-se necessário trazer a definição de cultura adotada neste trabalho, a partir do conceito defendido por Clifford Geertz:

O conceito de cultura que eu defendo (...) é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teia de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa à procura do significado. (Geertz, 1978, p.10).

Diante dessa constatação, a queda das barreiras culturais proporcionada pela globalização possibilita ao homem descobrir-se como um ser passível de experimentar diversas identificações ao longo de sua vida, abalando a ideia que se tinha de uma identidade fechada e fixa. O enfraquecimento das identidades e da tradição associou-se ao medo do desconhecido, gerando uma movimentação no sentido de buscar uma identidade fixa, fechada, para a formação de uma comunidade mediada por essa identificação (Sawaia, 2011). Entretanto, diante de tal movimento, surge o paradoxo relativo à concepção de comunidade mediada pela identidade, que passa a ser vista como uma estratégia de luta contra a globalização homogeneizadora, buscando a individualidade, mas também como centro motivador de uma comunidade que não reconhece o outro na diferença (*Ibid*, 2011). A “invenção” da tradição surge então como uma forma de lidar com o novo a partir de uma postura de venerar um passado a partir de formas ritualísticas.

2 O SÉCULO XIX E A IMPORTÂNCIA DA FARINHA

O século XIX é, para a história de Florianópolis, considerado o “tempo da farinha”, onde o que regia o comércio era a produção artesanal da farinha de mandioca, além da produção de café e a pesca. Tais práticas determinavam o modo de se viver em sociedade, em que o produto final dos engenhos, que abastecia a prática do comércio, era a principal atividade econômica da época (Martins, 2014). Cada bairro da Ilha de Santa Catarina possuía pelo menos um engenho, que funcionava com uma produção em massa (Pieroni, 2014), e que pertencia a uma família, como por exemplo o Engenho dos Andrade – que ainda hoje resiste aos impactos da industrialização e permanece ativo e aberto para visitas no distrito de Santo Antônio de Lisboa. Assim, tem-se a produção artesanal da farinha de mandioca como um processo que envolvia toda a família na totalidade da sua atividade, desde o plantio da mandioca até a fase final da retirada da farinha do forno, em

que cada sujeito possuía o seu papel estabelecido dentro daquele procedimento, que significava também um papel social naquele contexto mediado pelos significados que davam a relevância cultural da produção artesanal da farinha de mandioca.

Ao se considerar que o sujeito se constitui por meio das atividades que pratica, que envolvem a utilização e criação de ferramentas (Zanella, 2004), torna-se relevante evidenciar não apenas o caráter econômico atribuído aos engenhos, que garantiam o sustento dos antigos moradores, mas também o caráter social, no sentido de possibilitar lazer e socialização para tais sujeitos.

Por fazer parte da principal dinâmica de trabalho e comércio da referida cidade, os engenhos funcionavam também como um espaço de interação social e cultural, por meio das cantigas cantadas enquanto os trabalhadores raspavam a mandioca, das conversas, e das paqueras estabelecidas naquele espaço, tendo em vista que grande parte da vida dos sujeitos ocorria dentro dos engenhos – tornando aquele um espaço de reconhecimento (Martins, 2014). Assim, torna-se importante lembrar que a constituição da subjetividade do sujeito que experienciou o “tempo da farinha”, ocorreu a partir desse contexto social e cultural, em um movimento histórico e dialético.

3 DIFERENTES CONTEXTOS, DIFERENTES SUBJETIVIDADES

Sendo a constituição subjetiva do sujeito formada a partir dos elementos culturais e do contexto em que este é inserido (Zanella, 2004), torna-se possível verificar que a apropriação e a construção de sentidos das pessoas que viveram participando das atividades dos engenhos, e da geração atual, que não possui essa atividade como um elemento da sua rotina, é notadamente diferente, qualificando uma grande alteração no modo de ver e de viver o mundo, principalmente em um mundo atravessado pelo fenômeno da globalização.

Durante uma das conversas estabelecidas, A.C. – pedagoga há vinte e nove anos, que realiza anualmente visitas ao Casarão Engenho dos Andrade com seus alunos – nos relatou sobre a percepção das crianças diante da observação da produção artesanal da farinha:

“Hoje a gente vê um deslumbre maior, assim de ah era assim, mas assim, como é que a gente vem trabalhando, tanto lá atrás quanto hoje, elas gostam muito, elas ficam principalmente em saber que era daquela forma, hoje é tudo muito tecnológico, então ela vê a farinha dentro daquele saquinho né, e até hoje entende um pouco mais de que aquela farinha vem de algum lugar, pode até ter aquela

percepção de ‘ah é a mandioca’, mas não sabem como se dá esse processo. Hoje se tu perguntas para uma criança pequena como faz a mandioca ela te diz ‘bota na máquina que faz a farinha’ aí quando ela vê toda aquela função artesanal do boi, do forno né, do fogo a lenha, eles ficam deslumbrados, gostam muito.”

De fato, a produção artesanal herdada de “pai para filho” tornou-se rara, pois no contexto atual tal procedimento já não é mais necessário. Os engenhos de farinha cederam espaço para as grandes indústrias após o advento da energia elétrica – fato que foi evidenciado por um dos entrevistados, J.R.

Dessa forma, torna-se necessário evidenciar que as histórias filogenética e ontogenética do homem tornam-se elementos fundamentais para a constituição do sujeito e da sua subjetividade, atribuindo papel principal para o ambiente cultural do indivíduo para a formação dos seus mecanismos de (re)ação frente às demandas do seu cotidiano (Zanella, 2004); portanto se o contexto muda, os modos de as pessoas se relacionarem com o ambiente à sua volta, com os seus desejos e os seus medos variam junto com o novo contexto formado.

No caso do fenômeno cultural aqui analisado, os sujeitos que vivenciaram o ápice da produção da farinha de mandioca apropriaram-se de todo o processo: desde a colheita da mandioca até a retirada do forno, sabendo de todas as técnicas a serem utilizadas. Uma fala trazida por J.R., que foi constituído em uma família que possui um engenho em atividade desde o século XIX, elucida essa afirmação:

“Se soltarem eu e meus irmãos e nos colocarem dentro de um engenho, a gente vai saber fazer tudo sozinho, sem nem precisar falar um com o outro”.

Dessa forma, o círculo familiar de J.R. atua de forma a preservar a atividade e a significação dessa prática, procurando evidenciar a importância histórica e social deste procedimento. A visitação ao antigo engenho de farinha ocorre como uma tentativa de preservar a significação dessa atividade, de modo a demonstrar todo o processo artesanal – e não apenas parte dele: evidencia-se a atividade, e não a apenas a ação (partes da atividade), que tendem a uma prática alienada (Zanella, 2004). Aqui, a “invenção” da tradição é mediada pelo conceito de identidade, que visa a formação de uma subjetividade que possibilite proteger um passado que não cabe mais à realidade presente.

Todavia, para que uma pessoa se aproprie totalmente de determinada atividade é necessário primeiramente uma mediação. Os engenhos eram passados antigamente “de geração para geração” nas famílias, enfatizando sempre a importância destes na sustentação do círculo familiar, em que se tinha como herança também, a apropriação dos

símbolos culturais enaltecidos pelos familiares (Pieroni, 2014). A identificação com aquela realidade ocorria então pela apropriação de cada tarefa dentro do engenho, bem como dos sentidos ali estabelecidos.

Entretanto, com o advento da Era Digital, consequência da globalização, obteve-se um mundo cada vez mais conectado e o processo de produção industrial, caracterizado pelo parcelamento do trabalho, mudou o foco da necessidade de se conhecer a totalidade da atividade artesanal, mais voltada para si, para se preocupar em estar em contato com outras culturas a partir de viagens, intercâmbios e estudo, buscando cada vez mais o conhecimento e a manipulação de tecnologias mais avançadas e mecanizadas.

Essa mudança ocorreu justamente por essa nova demanda de buscar algo além do que é vivenciado no seu círculo social, por conhecer mais do que somente o seu meio lhe mostra – as infinitas possibilidades de contato rondam os sujeitos da pós-modernidade, que buscam experienciar atividades características de outra população. Assim, aquele que nasceu e se constituiu no contexto dos engenhos de farinha evidencia um movimento dialético em que, ao mesmo tempo em que a significação dos engenhos lhe foi transmitida, este sujeito, ao exercer o seu papel de ator social na história e formulação dos engenhos de farinha, construiu novos significados e sentidos à atividade, possibilitando a sobrevivência desta como parte da cultura, e não mais na economia da cidade, como evidenciado na fala de B.A.:

“Se eu fizesse farinha para vender, para comer, mais valia eu ir até o mercado e comprar uma já pronta. O que me faz gostar de fazer a farinha é justamente porque sem ela eu não me sinto tão bem, ela faz parte de mim”.

Nessa fala podemos verificar a dialética da subjetividade objetivada em uma atividade, e ao mesmo tempo a atividade construindo a subjetividade da pessoa (Zanella, 2004), tendo em vista que J.R. cresceu envolto de uma atmosfera em que tal prática era considerada primordial para a vivência na Ilha de Santa Catarina, constituindo-se por meio dessa prática cultural, anteriormente econômica.

Dessa forma, para que a prática da produção artesanal da farinha não se extinguisse por completo, passa-se a ter o engenho de farinha como um elemento cultural da Ilha, trazendo assim a Festa da Farinhada para que as “próximas gerações saibam o seu passado para entender o presente e o futuro”, palavras novamente de J.R., que trazem o desejo dos que vivenciaram tal época em reviver e venerar o seu passado idealizado. Assim, o caráter anteriormente econômico da atividade dos engenhos transforma-se em um caráter ritualístico, de celebração do feitiço artesanal da farinha por meio da “Farinhada”,

feira que marca o início das festividades da Festa do Divino Espírito Santo, no distrito de Santo Antônio de Lisboa, no mês de setembro.

4 IDENTIDADE

Aspectos teóricos de Vygotsky auxiliam no entendimento de questões referentes à formação de uma subjetividade semioticamente mediada. Para o teórico russo, nenhuma realidade nos é simplesmente dada – ela é sempre significada pelos sujeitos que nela vivem; o elemento mediador dessa significação são os signos, construídos socialmente e permeados pela cultura (Zanella, 2004), que regem a vida social e o trabalho, dois termos que se tornam uma unidade ao se analisar o caráter social e econômico da produção da farinha de mandioca dos séculos XIX e XX.

Ao se considerar o trabalho como um processo que envolve a história do indivíduo e da sua espécie, uma vez que o processo histórico da espécie humana envolve a cultura como formadora de esquemas de significação de atividades, tais significações acabam por servir como mediadoras nas atividades, e o trabalho acaba por gerar um elemento cultural (ZANELLA, 2004), como no caso da atividade realizada nos engenhos, que acabou por gerar, além da farinha, um símbolo cultural.

Sob esse aspecto, ocorreu a formulação de um sentido social, em que os indivíduos gostavam de participar dessa produção, de chegar ao engenho e reconhecer as pessoas bem como serem reconhecidos no local, como foi dito no documentário “Cantares e Fazeres” (PROJETO Cantares e Fazeres, 2014), em que a atividade passou a ser mediatizada pelos sentidos atribuídos à atividade: a produção tornou-se parte da rotina dos sujeitos, porém transcendia ao aspecto do cotidiano e tornava-se parte da identidade do local e dos moradores, a partir das significações ali estabelecidas.

Diante disso, torna-se possível trazer a noção de identidade na pós-modernidade, que vê o sujeito como dotado de uma identidade fragmentada e composto não por uma, mas por várias identidades, “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 1987; *apud* HALL, 2005, p. 13). Nessa concepção, o sujeito é capaz de assumir diferentes identidades, em diferentes momentos de sua vida, e assim, torna-se possível como uma instância formada a partir das relações sociais, passível de mudanças.

Se o europeu que chegou na antiga cidade de Desterro no século XIX trazia consigo uma concepção pautada no homem do Iluminismo, centralizada, fechada, que desejava vivenciar a sua cultura intocável, o próprio contexto em que ele se encontrava o colocou em uma outra perspectiva, uma vez que essa identidade fechada não era suficiente para a sobrevivência no novo espaço, e aspectos da cultura dos sambaquianos, guaranis, espanhóis e portugueses foram concebidos, então, como uma forma de suprir as suas necessidades – o “eu” fechado e centralizado não possuía mais espaço em seu novo local, e portanto, necessitava ser remodelado para que atendesse às demandas do sujeito e do espaço. A experiência com o trabalho centrado na lógica da indústria e do comércio traduziu-se na construção dos engenhos, fato evidenciado inclusive nos relatos dos moradores do distrito. Entretanto, com a pós-modernidade e o surgimento da globalização, ocorreu a pluralidade de possibilidades e de diálogos entre culturas diferentes, que inclusive divergem entre si. Das conversas realizadas, a nostalgia ao lembrar do “tempo da farinha” levantou críticas em relação à nova geração, que não vê nos engenhos um local “sagrado”, e nem na atividade produtora, a beleza vista pelo sujeito que se constituiu naquele espaço.

Diante disso, o momento histórico atual possibilitou a constituição de uma nova compreensão do termo “identidade”, e o que ocorreu na pós-modernidade foi a experimentação de um novo modelo identitário: instável e constantemente aberto para novas identificações. A globalização possibilitou, assim, o deslocamento do centro da identidade do indivíduo, permitindo outras formas de vir-a-ser (Hall, 2005):

Uma estrutura deslocada é aquela cujo centro é deslocado, não sendo substituído por outro, mas por ‘uma pluralidade de centros de poder’. As sociedades modernas, argumenta Ernest Laclau (1990), não têm nenhum centro, nenhum princípio articulador ou organizador único e não se desenvolvem de acordo com o desdobramento de uma única ‘causa’ ou ‘lei’. (HALL, 2005, p. 17)

O sujeito permite-se, então, identificar-se com aspectos de diferentes culturas, em diferentes momentos da sua vida, transformando, assim, o meio em que vive e aumentando as redes culturais de significação.

5 DO CARÁTER ECONÔMICO PARA O CARÁTER CULTURAL

Conforme discutido anteriormente, o processo de formação da identidade do sujeito articula-se diretamente com o contexto em que este é concebido, bem como com os elementos identitários que o espaço proporciona ao sujeito: os elementos culturais

transmitidos nas relações que ali ocorrem. Assim, a mudança na natureza das relações de sentido estabelecidas com a produção da farinha de mandioca, após a concepção dos engenhos como um espaço cultural e não mais de trabalho, possibilitou uma transformação na forma de constituir identidade e subjetividade dos sujeitos que nasceram em Florianópolis, em que o advento da tecnologia acabou por transformar os sentidos e significados estabelecidos até então naquele espaço.

Durante a conversa com J.R., ele verifica pontualmente no aparecimento da energia elétrica, no final da década de 60, como o principal motivo para o declínio gradual das atividades nos engenhos de farinha, tendo em vista a facilidade instantânea que a energia elétrica possibilitou a longo prazo para a mudança da produção artesanal para a produção a motor da farinha, que permitiu ao dono do engenho uma outra forma de interação com a produção da farinha de mandioca – perdeu-se o caráter social e lúdico dessa atividade, que reunia a família e os vizinhos para o trabalho, a partir da mecanização da produção. Com a industrialização crescente na Ilha, a concorrência com as produções em larga escala tornou-se desigual.

A compreensão do processo de produção da farinha permite verificar que tal procedimento pode ser realizado com apenas duas pessoas, porém o trabalho ficaria muito grande; a pluralidade de funções é salientada na fala de J.R., que contou que em um grupo de vinte pessoas, por exemplo, todas teriam alguma função dentro do engenho, uma vez que essa atividade envolve diferentes papéis e demora cerca de dois dias para ser realizada.

Da atmosfera que pairava sob o homem do século XIX muita coisa mudou. A prática da atividade aqui citada evidenciava o modo de expressar a unidade e a identidade local, a partir da vivência de elementos culturais, possibilitando o sentimento de pertencimento à comunidade mediada pela identidade cultural.

A noção de espaço, pertencimento e pedaço foi explorada por José Roberto Magnani, e o autor argumenta que, quando o espaço demarcado torna-se uma referência para a distinção de um determinado grupo de pessoas como pertencentes a tal grupo de relações interpessoais, esse espaço passa a ser denominado, então, como “pedaço”: o ambiente em que ocorre uma rede de relações (MAGNANI, 2002). Essa definição transcende a noção de espaço territorial e se expande para a ideia de espaço social, em que ocorre a constituição dos elementos identitários das pessoas que frequentam o local (*Ibid*, 2002). Entretanto, não basta estar no “pedaço” – para que a noção de identidade e de referência aconteça, é preciso que o sujeito “seja do pedaço” – noção de pertencimento

ao pedaço. Sendo assim, surge a necessidade de estar situado no local, de ser reconhecido pelos outros nessa rede de relações sociais (seja por relações de parentesco, vizinhança, ou participação de atividades), de familiarização com o espaço, para tornar-se parte dele. O compartilhamento de códigos pelo grupo auxilia nesse processo de noção de pertencimento.

O termo (pedaço) na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado(a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade (MAGNANI, 1998, p. 116).

No caso dos engenhos de farinha dos séculos XIX e XX, a ideia de pertencimento a um grupo social era evidenciada nas formas de relações de reconhecimento estabelecidas a partir das vivências voltadas à produção da atividade da farinha. O engenho transformava-se, então, no “pedaço”, no ambiente em que aqueles sujeitos tornavam-se pertencentes a um grupo e passavam a fazer parte, a serem “do pedaço”, e a partir do momento em que a vida girava em torno da produção realizada diariamente pela população da época, ocorria o “efeito pedaço” (MAGNANI, 2002), em que tal população exibia nas roupas, nas falas, na posturas corporais e até nas músicas (como nas cantigas) o pedaço a que pertencem: nesse ponto, o “efeito pedaço” faz referência à ideia de reconhecimento, verificada nos relatos dos antigos moradores de Florianópolis.

A rede de sociabilidade é tecida a partir da necessidade do sujeito em frequentar o “pedaço”, como uma forma de exercitar a sua “identidade”, as conversas, as cantigas, e todo o universo simbólico montado a partir do convívio social. Assim, a atividade torna-se não mais apenas o trabalho, mas também uma forma de “dar conta” da cultura, do convívio social e da realidade experienciada.

Os fenômenos da globalização e da industrialização surgiram como gatilhos para a descentralização dessa identidade montada a partir das relações interpessoais, da cultura e da sobrevivência.

Essa mudança estrutural localiza-se na descentralização da identidade do sujeito: de fato, o grande slogan da globalização é o de “encurtar as distâncias”. A globalização não apenas encurtou distâncias entre os sujeitos como também aumentou o diálogo entre a pluralidade cultural do planeta e provou que não existe nenhuma cultura “intocável”: todas recebem diariamente influências de diversas partes do mundo.

A identidade local, portanto, não é preservada como única e imutável – a identidade do indivíduo é valorizada e passa a ser reconhecida como fragmentada, diversificada e composta de diversas identidades.

(...) à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL. 2005, p. 13)

Dessa forma, tem-se que o sujeito da pós-modernidade vivencia uma transformação nas paisagens culturais, concebendo um sujeito descentralizado, dotado de uma diversidade de elementos culturais passíveis de identificação (Hall, 2005). Se o sujeito do Iluminismo é tido como dotado da razão e de um eu único, centrado, que nascia com o sujeito e que se desenvolvia com ele, o sujeito da pós-modernidade, atravessado pela globalização, é concebido levando-se em conta o caráter efêmero e transitório da identidade, a partir do conhecimento dos símbolos culturais que não fizeram parte da sua constituição filogenética.

Diante disso, a mudança da natureza econômica e social dos engenhos de farinha de mandioca para a natureza ritualística de uma festividade que hoje faz parte do calendário do morador da Ilha – a Festa da Farinhada – surge como a mudança no processo de identidade do homem com o espaço que ocupa e com o papel social que exerce. Assim, a noção de “pedaço” trazida anteriormente modifica-se para a noção de “mancha”, também levantada por Magnani:

A mancha, ao contrário, sempre aglutinada em torno de um ou mais estabelecimentos, apresenta uma implantação mais estável tanto na paisagem como no imaginário. As atividades que oferece e as práticas que propicia são o resultado de uma multiplicidade de relações entre seus equipamentos, edificações e vias de acesso, o que garante uma maior continuidade, transformando-a, assim, em ponto de referência físico, visível e público para um número mais amplo de usuários. (MAGNANI. 2002, p. 23)

Desse modo, o caráter celebrativo da Festa da Farinhada surge como uma maneira de dialogar com a antiga identidade formada pelos sujeitos que viveram nos séculos passados, porém, a “mancha” cede espaço para cruzamentos não previstos – não ocorre, como no pedaço, a especificidade das relações sociais, uma vez que o sujeito que participa da festa não sabe exatamente quem vai encontrar na festa; ele apenas tem uma “noção” do público da celebração.

Entretanto, torna-se necessário trazer o principal elemento diferenciador entre pedaço e mancha: embora tenham em comum uma referência espacial determinada, a relação do pedaço com o espaço é mais transitória, tendo em vista que pode-se mudar de local sem esta relação se dissolver, por ser constituída por um código comum entre os

sujeitos pertencentes ao pedaço. Por sua vez, a mancha é definida pelos equipamentos que a constituem no oferecimento de determinado bem ou serviço, apresentando assim, uma relação mais estável com o espaço, que possui uma paisagem reconhecida, e frequentada por um círculo maior de usuários (Magnani, 2002).

A elucidação de um dos principais aspectos que atuaram na mudança dinâmica do caráter da atividade de produção da farinha articula-se com a noção de que, no pedaço ocorre a plenitude da noção de pertencimento ao grupo, em que a solidificação da identificação se dá a partir de recursos simbólicos da atividade realizada; e na mancha o espaço dita o caráter identitário: o que leva as pessoas a realizarem a atividade (como a festa da farinhada) é a celebração do espaço – uma vez que o sujeito que participa da celebração não sabe exatamente quem vai encontrar no local.

Em suma, durante o processo histórico do papel cultural dos engenhos de farinha de mandioca, tem-se que a transição da caracterização de “pedaço” para “mancha” como forma de analisar o fenômeno cultural foi um percurso encontrado pelos moradores e adoradores da antiga atividade, forma de “dar conta” do que foi vivenciado, mas que nos dias de hoje não cabe mais na rotina dos sujeitos. Uma vez que a cultura é polimorfa, ela não pode ser verificada como se fosse imutável – ela se constitui a partir da história e das relações sociais do seu povo. Desse modo, surge a necessária problematização de alguns termos encontrados durante os diálogos com os moradores de Santo Antônio de Lisboa, Sambaqui e Cacupé: a ideia de tradição e a idealização de um passado que muitas vezes não ocorreu.

6 O MITO DA TRADIÇÃO: UMA CULTURA IMAGINADA

O grande fardo de venerar um passado é o de este carregar consigo muitas vezes uma história que não ocorreu. De fato, as nuances entre versões acerca de uma mesma época evidenciam que o modo de viver enaltecido por muitos entrevistados dessa pesquisa é, na verdade, um modo de viver imaginado. Essa transitoriedade na natureza cultural dos indivíduos é demonstrada na fala de J.G., que vivenciou o auge do funcionamento dos engenhos, diante do questionamento acerca das mudanças que ocorreram após a mecanização da atividade:

“Não sei, não mudou muita coisa... Ah, mudou muita coisa né? Esse negócio dos engenhos, pessoal largou de mão né? Naquela época tinha mais movimento, mudou.”

A análise da fala citada anteriormente demonstra a ideia inicial de que as práticas culturais são imutáveis – fato verificado também na fala de outros entrevistados, que viam no evento da Farinhada uma forma de preservar a tradição, para que ela não se perdesse, porém com a consequente percepção de mudança na dinâmica sócio-histórica.

Desse modo, torna-se necessário trazer a concepção do termo “tradição”, como uma transmissão oral de conhecimentos e valores através do tempo (Pieroni, 2014), bem como analisar a perspectiva dos sujeitos de pesquisa acerca da singularização dos elementos culturais, em que a tentativa de vivenciar novamente as práticas de séculos passados da mesma forma que os antepassados a faziam, remonta à idealização de uma época que aparentava ser mais simples, e da necessidade de dialogar com a história do local em que se vive; é uma forma de retornar ao passado e torná-lo um eterno presente.

O grande problema dessa idealização, é que o sujeito que se constituiu no século XX não é o mesmo constituído no século XIX, devido às grandes revoluções causadas pelo tempo.

“Torna-se equivocado conceber a tradição como algo estanque, cristalizado no tempo, ou de uma autoridade inquestionável” (PIERONI. 2014, p. 19)

Aqui o ato de venerar o passado surge como uma forma de lidar com as mudanças no espaço e no tempo em uma era em que grande parte de seus elementos são instantâneos. Sob esse aspecto, ao se considerar a cultura narrada e venerada como uma construção simbólica, concebida como realidade através da linguagem (Méllo, et al. 2007), surge como uma questão pertinente o fato de os homens não atuarem como os autores das próprias afirmações e dos significados expressos em tais narrativas, ratificando a língua como um produto social e nunca individual, conforme defendido por diversos autores (Saussure *apud* Hall, 2005 p. 40). Assim, tudo o que falamos é, em parte, reflexo de uma outra época, pois nossas afirmações são baseadas em premissas herdadas da nossa língua: os significados dessas falas são, então, instáveis, pois são constituídos a partir de um passado, de um contexto sócio-histórico (HALL, 2005).

“Falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais” (HALL, 2005, p.40)

Sob esse aspecto, o trecho acima argumenta acerca da natureza multimodelada dos significados, que carregam ecos de um passado muitas vezes remoto ao defender que, na

verdade, as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação. Aqui a nação é uma comunidade simbólica e isso explica o seu 'poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade' (Schwarz 1986, apud HALL 2005, p.106).

Assim, a tradição imaginada pelos moradores dos bairros de Santo Antônio de Lisboa, Sambaqui e Cacupé torna-se parte de uma cultura imaginada e narrada, que carrega aspectos de uma espécie de contemplação de uma atividade que hoje não cabe mais na rotina dos moradores. A crença dos antigos moradores remete à uma outra perspectiva de considerar a cultura, considerada então, intocável em uma sociedade globalizada, e essa crença torna-se o aspecto central dessa lealdade citada anteriormente: o século XXI é marcado pela descentralização das identidades, em que uma identidade cultural dificilmente pode ser considerada imutável e pertencente unicamente a uma região nos dias de hoje. Essa identificação ocorre a partir dos sentidos que são apropriados e construídos, de modo que o que diferencia uma sociedade de outra é a forma como a história dessa comunidade é imaginada.

Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. Como argumentou Benedict Anderson (1983), a identidade nacional é uma 'comunidade imaginada'. (HALL. 2005, p.51)

A necessidade dessa mudança no caráter econômico e social para o caráter ritualístico, de uma festividade, ocorreu pelas mudanças do tempo – para que essa prática cultural não morresse por completo, ocorreu a (re) adaptação do fenômeno da farinhada, de modo que se adequasse à rotina dos moradores, adquirindo novos sentidos.

Diante do exposto, conclui-se que esse passado imaginado acerca da constituição da farinha como um elemento cultural pode ser verificada na fala dos entrevistados no momento em que estes não percebem a grande mudança que a produção da farinha teve no seu papel social. Se antigamente ela era tida como uma das maiores fontes de renda da antiga cidade de Desterro, hoje tornou-se constituinte de uma festividade, de caráter ritualístico, que faz parte do calendário cultural de Florianópolis.

7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir da elaboração de uma pesquisa-participante de natureza etnográfica e caráter exploratório, quatro moradores do distrito de Santo Antônio de Lisboa, de diferentes idades, foram ouvidos, durante os meses de maio e junho de 2016. Com a gravação das

conversas, o enfoque teórico montado objetivou a discussão de algumas concepções encontradas nas falas dos sujeitos de pesquisa. Buscou-se organizar o que foi encontrado no campo de pesquisa, passando pelo processo histórico de formação dos moradores de Florianópolis, o conceito e a constituição de identidade, bem como problematizando termos encontrados.

A partir de um olhar etnográfico, a concepção de estranhamento do familiar foi adotada, possibilitando assim, o olhar de dentro e de perto, da cidade e do espaço (Magnani, 2002). A postura de “olhar do estrangeiro” (PEIXOTO, 1999 apud REIS, 2004, p. 54) foi adotada como um modo de observar o fenômeno como se fosse pela primeira vez, diferente do olhar dos “nativos”, que já possuem um olhar mediado pelas significações instituídas em sua cultura, possibilitando, assim, enxergar de forma diferente aquilo que foi encontrado em campo. Assim, o exercício de alteridade possibilitou a sistematização das referências que o sujeito de pesquisa se apropriou para se constituir antigamente e atualmente. Aqui, o objeto utilizado foi o “outro” e as significações que este estabeleceu diante do fenômeno cultural da farinhada e da globalização.

A aproximação das pesquisadoras com o campo possibilitou o contato com a realidade conhecida pelos sujeitos de pesquisa, e com aquela identificada a partir do olhar etnográfico das pesquisadoras, passível de categorização. Para o primeiro grupo é o contexto da atividade, e para o indivíduo etnógrafo é o princípio explicativo, a partir da fundamentação teórica anteriormente determinada, em que é possível analisar os pontos entre a análise histórica e a história vivenciada pelos sujeitos de pesquisa (Magnani, 2002).

8 CONCLUSÃO

A partir dos pressupostos teóricos elucidados nesse trabalho, a questão da constituição do sujeito dentro do seu ambiente cultural surge como um processo multimodelado, em que diferentes significações e símbolos surgem de diferentes esferas do seu convívio social – verifica-se aqui o caráter descentralizado da identidade defendido por Stuart Hall, em que o bombardeamento de informações, fato trazido pela Era Digital do século XXI, possibilita ao sujeito diferentes formas de vir-a-ser, além de permitir a mudança desse padrão indenitário a qualquer momento.

Esse fato elucidado que a cultura, considerada teia de significações (Geertz, 1978) possui uma natureza polimorfa, e atua na transmutação dos significados. É essa natureza

adaptativa que permite que práticas culturais de séculos passados continuem a ser realizadas, porém sempre preservando a singularidade do sujeito que revive tal prática. Assim, estas surgem como um diálogo entre o homem de ontem e o homem de hoje: uma via de mão dupla que conecta duas realidades a fim de interligar os indivíduos de uma localidade, possibilitando ao homem a ressignificação daquilo que lhe foi (re)passado.

Desse modo, a identidade cultural surge em um movimento dialético, em que a articulação entre a história filogenética e ontogenética dos sujeitos do contexto em análise é essencial, e impacta também a vida daquele que vive atualmente no local, dialogando com os significados presentes, mas que também remontam o passado daquele espaço.

Em suma, existe a necessidade de entrar em contato com a história local e reviver o efeito causado pela “manca” e pelo “pedaço” citados anteriormente. O advento da globalização permitiu aos moradores de Santo Antônio de Lisboa, Cacupé e Sambaqui a possibilidade de se identificar com o que ocorria dentro dos engenhos, mas também com o que ocorre em diferentes partes do globo: o sujeito da pós-modernidade hoje pode identificar-se com as práticas culturais locais, e mais adiante, com práticas culturais de outras áreas, mas sempre ressignificando e tomando para si aquilo que lhe é dado. A compreensão do “Fenômeno Cultural da Farinhada – Como dar Conta da Identidade Cultural na Globalização do Século XXI” ocorre a partir da verificação desse processo histórico e dialético, feita a partir da análise das diferentes esferas que cercam o sujeito no seu contexto cultural: histórica, social e econômica para o estudo dessa prática cultural, que permitem verificar a forma transfigurada e ressignificada da produção da farinha nos dias de hoje, como uma forma de venerar um passado e de dialogar com a herança deixada pelos antepassados.

REFERÊNCIAS

CIAMPA, A. C. **Identidade**. In: Lane, S. T. M; Codo, W (orgs). *Psicologia Social o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 2004).

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p. 13-41.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Dp&a, 2005. 102 p. Tradução de: Tomás da Silva, Guacira Lopes Louro.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Olhar de Dentro e de Perto: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, p.12-29, 2002. Quadrimestral.

MARTINS, Celso. **O tempo da Farinha**. Florianópolis: Insular, 2014. 64 p. Projeto Cantares e Fazeres - Inventário do Patrimônio Imaterial do Distrito de Santo Antônio de Lisboa.

Méllo, Ricardo Pimentel, et al. **Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em psicologia social**. *Psicologia & Sociedade* 19.3 (2007): 26-32.

MOLON, S. **Subjetividade e Constituição do sujeito em Vygotsky**. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 2011, 16(4), pp. 21-53).

PIERONI, Gabriella. **Engenhos da cultura: teias agroecológicas**. Florianópolis: Cepagro, 2014. 92 p.

PROJETO **Cantares e Fazeres**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 2014. VHS, son., color.

REIS, A. C. et al. **Mediação pedagógica: reflexões sobre o olhar estético em contexto de escolarização formal**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 7 (1), 51-60, 2004.

ZANELLA, A. V. Atividade, significação e constituição do sujeito: considerações à luz da psicologia histórico-cultural. **Psicologia em estudo**, Maringá, 2004 9 (1), pp. 127 - 135.

SAWAIA, B.B. **Comunidade como ética e estética da existência. Uma reflexão Mediada pelo conceito de identidade**. *Psykhé* 8.1 (2011).